

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

PROVISÓRIO
2006/2205(INI)

13.12.2006

PROJECTO DE PARECER

da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o futuro do sistema de recursos próprios da União Europeia
(2006/2205(INI))

Relatora de parecer: Elisa Ferreira

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Reafirma a necessidade de rever o actual sistema de recursos próprios de molde a torná-lo mais transparente, justo, simples e compreensível para os cidadãos europeus e compatível com o princípio da solidariedade europeia;
2. Sublinha a importância da participação do Parlamento Europeu na "troca de pontos de vista aprofundada" sobre a reforma do sistema de recursos próprios da União Europeia, conforme previsto no Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006;
3. Reconhece que o difícil debate sobre as Perspectivas Financeiras 2007-2013 e a complexidade do acordo final ilustram os limites do sistema actual e confirmam a adequação e a conveniência da presente iniciativa;
4. Congratula-se com o método de trabalho adoptado pelo relator e, em especial, com a estreita participação dos parlamentos nacionais nas várias fases do processo, que tornará a convergência possível;
5. Aguarda com interesse o resultado dos estudos técnicos encomendados pelo Parlamento Europeu em Outubro de 2006 como base para a escolha política dos mecanismos alternativos de financiamento do orçamento, que, contudo, não devem contribuir para aumentar os encargos fiscais para os cidadãos europeus nem permitir regimes de compensação para determinados Estados-Membros;
6. Sublinha que o princípio da soberania dos Estados-Membros em matéria de fiscalidade deve ser articulado com a necessidade de um orçamento comum sólido, capaz de apoiar as políticas que estão mais eficazmente desenvolvidas a nível da UE, bem como reforçar a solidariedade interna e a competitividade externa;
7. Sublinha que, em conformidade com o novo Acordo Interinstitucional, o espírito da reforma global deverá contemplar tanto as receitas como as despesas orçamentais, incluindo uma revisão mais aprofundada de certas rubricas relativas a despesas, como, por exemplo, a que se refere à política agrícola comum;
8. Apoia a criação de um eventual novo mecanismo de financiamento durante um período de transição alargado.